



# Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

## ROTEIRO DA SESSÃO PLENÁRIA

SESSÃO ORDINÁRIA Nº 8.761 – DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2020, ÀS 09:00 HORAS

1. LEITURA DA ATA DA SESSÃO PLENÁRIA Nº 8.760 REFERENTE AO DIA 06/02/2020.
2. JULGAMENTO DE MATÉRIA ELEITORAL (**Processos Físicos**):

### 2.1 PROCESSO Nº 5436 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 106.134/2016

Julgamento iniciado em 29/01/2020.

Adiado – **Pedido de VISTA** – Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE CANDIDATO - CARGO - PREFEITO - CUIABÁ/MT - 51ª ZONA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016

RECORRENTE(S): JULIER SEBASTIÃO DA SILVA

Advogado(s): PAULO JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA - OAB: 21.515/MT

RECORRIDO(S): MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

PARECER: em caráter preliminar, pela desconsideração dos documentos apresentados com os embargos de declaração e com recurso, e, no mérito, pelo desprovimento do apelo.

RELATOR: DESEMBARGADOR SEBASTIÃO BARBOSA FARIAS

PRELIMINAR: juntada de novos documentos

(VOTO Relator: acolher parcialmente a preliminar suscitada, para determinar a desconsideração da análise do documento juntado à fl. 1.433; mantendo-o, contudo, nos autos, ante à possibilidade de manejo de eventuais recursos).

1º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior – acompanhou o Relator.

2º Vogal - Doutor Sebastião Monteiro da Costa Júnior – acompanhou o Relator.

3º Vogal - Doutor Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza – **pediu vista**.

4º Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques – aguarda voto-vista

5º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho - aguarda voto-vista

### MÉRITO

1º Vogal - Doutor Luís Aparecido Bortolussi Júnior

2º Vogal - Doutor Sebastião Monteiro da Costa Júnior

3º Vogal - Doutor Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

4º Vogal - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

5º Vogal - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

### RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** em **prestação de contas eleitorais (eleições 2016)** interposto por Julier Sebastião da Silva (fls. 1.421/1.432), candidato não eleito ao cargo de prefeito no município de Cuiabá, contra a **sentença** proferida pelo Juízo da 51ª Zona Eleitoral, que **desaprovou as contas de campanha** da chapa formada com a candidata à vice-prefeita Juscimaria Ribeiro da Cruz, nas eleições de 2016, e **determinou** a devolução do montante de R\$

101.430,00 (cento e um mil, quatrocentos e trinta reais), tendo em vista a realização de despesas com recursos do Fundo Partidário sem a devida comprovação (fls. 1.379/1.390).

**O recorrente sustenta**, inicialmente, que os embargos de declaração opostos em face da sentença teriam, ainda na instância de origem, o condão de esclarecer e comprovar a licitude dos gastos realizados com o Fundo Partidário, por meio da tabela explicativa apresentada em seu bojo; entretanto, os aclaratórios foram conhecidos e rejeitados pelo juízo sentenciante.

**Quanto ao mérito**, destaca os 13 itens mencionados na sentença, contrapondo-os, em linhas gerais, nos seguintes termos:

1. que os recibos eleitorais não apresentados dizem respeito as doações de recursos estimáveis em dinheiro, referentes à serviços prestados em caráter voluntário, não havendo omissão do prestador de contas, mas excesso de zelo da coligação em declará-los;
2. que a falta de comprovação de propriedade de alguns bens doados se justifica em razão de que esses não eram novos, e que por isso seria “preciosismo” exigir que as respectivas notas fiscais fossem guardadas. Afirma ainda que os veículos e bens foram cedidos por simpatizantes e apoiadores, e que por descuido o responsável pela campanha deixou de colher suas assinaturas nos termos de cessão;
3. que a dívida de campanha contraída junto à empresa Multicor foi sanada por meio das informações e documentos carreados com os embargos de declaração opostos em face da sentença, bem como pelo extrato bancário apresentado com o presente recurso;
4. que a ausência de comprovação documental para embasar o valor de mercado atribuído às doações recebidas, decorre do fato de não terem sido encontradas fontes de avaliação;
5. que os documentos fiscais das despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário foram regularmente apresentados, impondo-se o afastamento da irregularidade bem como da sanção de devolução desses recursos;
6. que a natureza das contratações realizadas com os fornecedores Andrade Participações Ltda. e Associação Matogrossense dos Transportadores Urbanos – AMTU, qual seja, locação de bens imóveis e móveis, dispensa a emissão das respectivas notas fiscais, por expressa disposição legal;
7. que Nota Fiscal referente à despesa realizada com recurso do Fundo Partidário, no valor de R\$ 1.430,00 (um mil, quatrocentos e trinta reais), junto à empresa S. J. Baquil Neto ME, não foi encontrada e a contratada até o momento não lhe entregou a cópia requerida;
8. que efetuou e registrou, nesta contabilidade, transferência direta de recurso em espécie em favor de outro candidato prestador de contas, e a omissão na declaração do beneficiário é de responsabilidade exclusiva desse;
9. que se trata de mero erro material a omissão de algumas transferências diretas realizadas pelo recorrente, em benefício de outros candidatos, uma vez que o seu contador deixou de lançá-las nestas contas, embora constem nas prestações dos favorecidos;
10. que a divergência apurada entre valor de determinada despesa, lançada na contabilidade a menor, representa erro material, isso porque o responsável pelo lançamento, ao invés de anotar R\$ 1.550,02, registrou R\$ 960,00, que é o valor do peso líquido do produto conforme descrito na Nota Fiscal da despesa;
11. que os registros dos gastos realizados perante a empresa 4D Designer Gráfica e Editora Ltda., em que pesem divergir dos valores obtidos das notas fiscais apresentadas, não representam mais do que mero erro material, tendo sido toda a despesa devidamente quitada;
12. que o veículo cedido temporariamente para a campanha por Fernando Gonçalves do Nascimento estava em nome de terceiro pelo fato do doador (verdadeiro proprietário) ainda não o ter transferido junto ao DETRAN; quanto à divergência de valores

[declarados pelo prestador e informados pelo cedente], afirma se tratar de erro material;

13. que o Sr. Pedro Paulo Antoniêto efetivamente colaborou com a sua campanha realizando doação de serviço, e que por motivos desconhecidos deixou de prestá-lo, sendo comum esse tipo de desistência durante a campanha eleitoral.

Ao final, requer o provimento deste recurso para que seja aprovada a prestação de contas em exame, ainda que com a anotação de ressalvas.

O Ministério Público Eleitoral, com atuação na instância de origem, apresentou as contrarrazões que estão juntadas às fls. 1.436/1.442, por meio das quais pugna pela manutenção *in totum* da sentença combatida.

Instada a se manifestar, a douta **Procuradoria Regional Eleitoral** opina, em **caráter preliminar**, pela desconsideração dos documentos apresentados com os embargos de declaração e com recurso, e, **no mérito**, pelo desprovimento do apelo. Outrossim, requer a remessa de cópia do feito à Promotoria Eleitoral com sede em Cuiabá, órgão competente para a instauração de inquérito policial com vista a apurar a ocorrência dos crimes previstos nos artigos 353 e 350 do Código Eleitoral, e para o Ministério Público Federal, para apuração de eventual ato de improbidade administrativa, diante da aplicação irregular de verbas do Fundo Partidário (fls. 1.454/1.466).

Tendo em vista o princípio da não surpresa, determinei ao recorrente que se manifestasse acerca da preliminar deduzida pelo *Parquet* (fl. 1.468), o que foi atendido por meio da petição jungida às fls. 1.477/1.483, onde requer o acolhimento *“dos documentos novos, que tem por objetivo sanar as irregularidades apontadas pelos técnicos da Justiça Eleitoral”*.

É o relatório.

**2.2 PROCESSO Nº 47492 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 104.102/2016**

**ASSUNTO:** RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT - 34ª ZONA ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016

**RECORRENTE(S):** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**RECORRIDO(S):** PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

**Advogado(s):** JOSÉ ANTÔNIO ROSA - OAB: 5.493./MT LUCIANO ROSA DA SILVA - OAB: 7.860/MT, MARIA HELENA SILVA ROSA - OAB: 22.168./MT, CÁSSIA REGINA ATTILIO BARBOSA GARCIA - OAB: 8.818/MT

**PARECER:** pelo desprovemento do recurso.

**RELATOR:** DOUTOR LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR

**1º Vogal** - Doutor Sebastião Monteiro da Costa Júnior

**2º Vogal** - Doutor Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

**3º Vogal** - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

**4º Vogal** - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

**5º Vogal** - Desembargador Sebastião Barbosa Farias

## RELATÓRIO

Trata-se de **recurso eleitoral** interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, em desfavor a r. sentença proferida pelo Juízo da 34.ª Zona Eleitoral (Chapada dos Guimarães/MT), que julgou aprovadas com ressalvas a **prestação de contas de campanha do PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB** de Chapada dos Guimarães, referentes às **eleições do ano de 2016** (26/29).

Em suas razões recursais, o *parquet* alega que o partido político, consoante legislação vigente, é obrigado apresentar balanço contábil detalhado de todas as receitas e despesas, destacando ainda que o partido político possui estatuto que estabelece a obrigatoriedade das contribuições de seus filiados.

Aduz que o partido deixou de declarar em sua prestação os valores correspondentes a esta contribuição e que *“a falta de contabilização da contribuição dos filiados, ou do crédito a ser recebido por parte do partido se enquadra perfeitamente no que disposto no inciso IV do artigo 60 da Resolução nº 23.463/2015, ensejando, sim, a desaprovação das contas”* (fls.34/41).

Por fim, pleiteia o provimento do presente recurso, a fim que seja reformada a sentença *“a quo”* para desaprovar as contas do recorrido.

Devidamente intimado, o recorrido deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar as contrarrazões, como atesta a certidão de fl. 47.

Em seu Parecer Ministerial, a d.ª **Procuradoria Regional Eleitoral** pugnou pelo desprovemento do recurso, consignando que *“tal informação é ínsita à prestação anual de contas dos partidos políticos, ou seja, deve constar na prestação de contas de exercício, e não de campanha, como é o caso dos autos”* (fls. 51).

É o relatório.

**2.3 PROCESSO Nº 10564 – CLASSE RE - PROTOCOLO Nº 32.636/2017**

**ASSUNTO:** RECURSO ELEITORAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL - ANO 2009 - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT - 34ª ZONA ELEITORAL

**RECORRENTE(S):** MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

**RECORRIDO(S):** PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO - PTB - CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT

**Advogado(s):** MARCUS ANTONIO DE SOUZA BRITO - OAB: 14.941/MT ANTÔNIO PAULO ZAMBRIM MENDONÇA - OAB: 6.576/MT WARRINGTON BERNARD RONDON DIAS - OAB: 14.974/MT

**PARECER:** pelo provimento do recurso.

**RELATOR:** DOUTOR LUÍS APARECIDO BORTOLUSSI JÚNIOR

**1º Vogal** - Doutor Sebastião Monteiro da Costa Júnior

**2º Vogal** - Doutor Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

**3º Vogal** - Doutor Bruno D'Oliveira Marques

**4º Vogal** - Doutor Jackson Francisco Coleta Coutinho

**5º Vogal** - Desembargador Sebastião Barbosa Farias

## RELATÓRIO

Cuida-se de **recurso eleitoral** interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, em desfavor a r. sentença proferida pelo Juízo da 34.ª Zona Eleitoral (Chapada dos Guimarães), que aprovou com ressalvas a **prestação de contas do Partido** Trabalhista Brasileiro – PTB de Chapada dos Guimarães/MT, referente ao **exercício financeiro do ano de 2009** (fls. 77/84).

O recorrente aduz que não faz sentido o partido político apresentar suas contas sem movimentação financeira, se o estatuto da agremiação partidária prevê a contribuição financeira de seus filiados como fonte de arrecadação de recursos.

Diante desse contexto, assevera que *“(...) a prestação de contas que simplesmente informa a ausência total de movimentação sem que nela conste o crédito advindo das contribuições dos filiados não pode ser considerada pela Justiça Eleitoral, data máxima vênua, como passível de ser aprovada (...)”* (fls. 80v).

Por fim, o recorrente, pugna pelo provimento do recurso, para que seja reformada a sentença *a quo*, desaprovando as contas do recorrido.

Devidamente intimado, o recorrido deixou transcorrer *in albis* o prazo que lhe foi concedido para apresentar as contrarrazões (fls. 91).

Instada a opinar, a douta **Procuradoria Regional Eleitoral**, em seu parecer, opinou pelo provimento do recurso (fls. 94/96).

É o relatório.